

CENAS DE PACIFICAÇÃO NO ESPAÇO EQUÍVOCO DA FAVELA

Liliane Souza dos Anjos⁷⁸

Resumo: O cotidiano de guerra das favelas do Rio de Janeiro há tempos vem produzindo diversas cenas cuja narratividade midiática está baseada em uma construção ficcionalizante de lados rivais. A partir da perspectiva da Análise de Discurso materialista, busco questionar as relações unívocas expostas pela cobertura jornalística de uma dessas cenas: a fuga de dezenas de traficantes da Vila Cruzeiro (Rio de Janeiro) para o conjunto de favelas do Alemão após uma expressiva incursão policial na comunidade. Como forma de apontar para as imprecisões próprias à referência no domínio do simbólico, proponho analisar a cena expondo outras possibilidades de relação, para isso, tomo por base o status de referência trabalhado por Felman (1986), definido por semelhanças com a Psicanálise. Como resultado, compreendo que as ações do Estado a partir do projeto de segurança pública *Pacificação* mostram-se como atos de linguagem que engendram a promessa de paz, que é falha, para o território da favela.

Palavras-chave: Guerra. Favela. Referência. Imagem.

Abstract: The war routine of the favelas of Rio de Janeiro has been producing many scenes whose media narrative is based on a fictional construction of rival sides. From the perspective of materialistic Discourse analysis, I question the univocal relations exposed by news coverage in one of his scenes: the scape of dozens of traffickers from Vila Cruzeiro (Rio de Janeiro) to the set of German slums after a significant police incursion in the community. One of the ways of pointing to the inaccuracies of reference in the domain of the symbolic is to analyze the scene exposing other possibilities of relation. For this I bring to discussion the status of reference present in the works of Felman (1986), defined by similarities with Psychoanalysis. As a result, I understand that the actions of the State from the project of public safety *Pacification* show themselves as acts of language that engender the promise of peace, which is failure, to the territory of the favela.

Keywords : War. Favela. Reference. Image.

1. INTRODUÇÃO

Em seu ensaio *Necropolítica*, Mbembe (2016) reflete sobre as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte para pensar o modo como tais formas reconfiguram as relações de resistência, sacrifício e redenção. Partindo das ideias de Foucault, de quem também se distancia ao considerar a noção de biopolítica insuficiente para pensar tais condições de subjugação, Mbembe volta-se para o contexto de guerra da Palestina a fim de pôr em debate a *lógica do martírio* e a *lógica da sobrevivência* nas quais o terror

⁷⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – IEL/UNICAMP.

e a morte se colocam no cerne da questão.

Sob a lógica do martírio, o candidato a mártir, caracterizado pela figura do “homem-bomba”, transforma seu próprio corpo em arma. Sua morte anda de mãos dadas com a morte do outro. Esse outro, uma presa para quem se dispõe uma armadilha, é atraído, colocado próximo ao “assassino-suicida”, numa guerra corpo a corpo, em que “a vontade de morrer se funde a vontade de levar o inimigo consigo” (p. 143). O corpo, que também é arma e, ao mesmo tempo, um uniforme, não possui valor em si senão numa abstração baseada no desejo de eternidade do “homem-bomba”.

Contrariamente a isso, tem-se a lógica da sobrevivência, concebida por Canetti (1995) em sua obra *Massa e Poder*. Mbembe compreende que, pela lógica da sobrevivência, há a imposição da morte a outrem preservando a própria vida do assassino. O triunfo de manter-se vivo é fundamental para presenciar quando os seus inimigos se forem. Tem-se aí não apenas o escape após a luta, mas a façanha de matar seus agressores. Seria “a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente” (MBEMBE, 2016, p. 142).

No contexto de guerra do Oriente Médio, tais lógicas expõem as relações entre os sujeitos estabelecidas em combates cotidianos e, no Brasil, ressoam algo de familiar dada a violência extrema a qual estamos expostos. A lógica da sobrevivência, a partir de outros contornos, serve-me como ponto de partida para pensar como se dão as relações entre os sujeitos envolvidos no cotidiano de guerra vivido nas favelas do Rio de Janeiro, considerando tal violência em um regime específico de manifestação e as relações aí engendradas em suas proximidades, distanciamentos e ocultações. Em seus excessos e descontinuidades.

A partir do arcabouço teórico da Análise de Discurso materialista e aproximando-se de algumas noções da Psicanálise lacaniana, proponho uma breve reflexão sobre o modo como determinados sujeitos se inserem em um regime de violência específico: o das favelas cariocas afetadas pelo projeto de segurança pública *Pacificação*. Trata-se de um dos pontos abordados em minha pesquisa de Doutorado. Por ela, tenho procurado refletir sobre o referido programa e o modo como ele demanda deslocamentos possíveis que façam enxergar as relações no social como formas de estabilização de sentidos, efeitos de sentidos que trabalham para negar o equívoco, fechando-se às múltiplas possibilidades e brechas do/no social.

Nesse artigo, destaco uma cena, recorte de um noticiário Ao Vivo – ainda é possível

ver na íntegra através do Youtube⁷⁹ – que marcou um dos principais momentos da ação militar no processo de implantação do projeto em 25 de novembro de 2010: a fuga de dezenas de traficantes da Vila Cruzeiro (Rio de Janeiro) para o conjunto de favelas do Alemão após uma expressiva incursão policial na comunidade. Com o objetivo de compreender as relações postas na referida cena para além do efeito de transparência de uma transmissão jornalística em tempo real, mobilizo as noções de transgressão e interdito de Bataille (1987) para compreender o modo como o Estado organiza a violência no espaço da favela. Com base na reflexão a respeito da performatividade em Austin promovida por Felman (1980), questiono a precisão das referências dos sujeitos presentes na cena, deslocando a compreensão em torno do projeto de Pacificação das favelas para a dimensão performativa da linguagem, em que está em funcionamento a promessa de paz para a favela por parte do Estado.



2. À GUERRA, PELA PAZ!

A *guerra contra o tráfico* há muito vem produzindo números alarmantes. Recentemente, dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)⁸⁰ apontaram que, nos primeiros quatro meses do ano de 2017, 709 pessoas foram mortas de forma violenta no Rio de Janeiro. O projeto de Pacificação não só se mostrou ineficaz na redução da violência, como também trouxe paradoxos que põe em xeque os sentidos estabilizados em torno de paz e de guerra. No contexto das favelas, não por acaso a expressão “guerra contra o tráfico” foi popularizada. Não só pelos números de mortos, ou pelo tipo de armamento utilizado, mas, sobretudo na

⁷⁹ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=PDPMPesOaQg>>. Acesso em 11 de outubro de 2017.

⁸⁰ Disponível em <http://www.ispdados.rj.gov.br/>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

construção ficcionalizante de lados rivais⁸¹, e na produção constante de narrativas relacionadas à guerra.

Guerra é excesso. Excesso de armas, violência, sofrimento e morte. Partindo da noção batailleana de morte, posso pensá-la enquanto expressão máxima de desordem que deve, a todo custo, ser abolida do mundo do trabalho. Enquanto dissipação de energia vital, a morte seria uma das formas mais potentes de ultrapassar o sujeito e por isso mesmo haveria a necessidade de interdição:

Os animais, que não conhecem interditos, não conheceram, a partir de suas lutas, a empresa organizada que é a guerra. A guerra, num sentido, reduz -se à organização coletiva de movimentos de agressividade. Ela é, como o trabalho, coletivamente organizada; como o trabalho, ela se dá um fim, responde ao projeto pensado dos que a dirigem. Não podemos dizer, entretanto, que a guerra e a violência se opõem. Mas a guerra é uma violência organizada. A transgressão do interdito não é a violência animal. É a violência ainda, exercida por um ser suscetível de razão (colocando, no momento oportuno, a sabedoria a serviço da violência). O interdito é, pelo menos, o limiar para além do qual somente o homicídio é possível; e, coletivamente, a guerra é determinada pelo limiar franqueado. (BATAILLE, 1987, p. 43)

Com Bataille, sabemos que interdito e transgressão estão relacionados e a guerra seria esse exemplo de transgressão possível ao interdito do “não matarás”. A racionalidade e organização próprias ao funcionamento da guerra se opõem ao excesso e dispêndio da morte. Daí a relação que existe entre erotismo e morte, entendendo que o erotismo é potente em um projeto de desestabilização de formas relacionadas à continuidade da sociedade capitalista, homogênea e comensurável, e de produção possível de novas formas baseadas na capacidade de estabelecer relações com o heterogêneo.

A violência “organizada” da guerra faz pensar nessa “organização coletiva de movimentos de agressividade” protagonizada pela força policial no decurso da implantação e manutenção do projeto de Pacificação. A guerra contra o tráfico que, nos últimos anos, assumiu diferentes formas e diretrizes, teve a partir desse projeto o diferencial de estabelecer como mote o conceito de “polícia de proximidade”, revelando paradoxos que dispõem a reflexão aos equívocos dessas relações. Sentidos que escapam à ingenuidade da oposição

⁸¹ Mbembe (2016, p. 12) procura examinar as trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimidade criam a base normativa do direito de matar. Segundo sua interpretação, o poder também trabalha para produzir inimigos fictícios.

bandido *versus* polícia ou à transparência da referida proximidade polícia *mais* comunidade.

A cena da fuga dos traficantes, por exemplo, engendra diferentes possibilidades de relações entre os sujeitos que exponho da seguinte maneira:

- Dos que fogem, uns em relação aos outros;
- Dos perseguidos em relação aos atiradores de elite;
- Dos que espreitam a fuga dos demais;
- Dos policiais uns com os outros;
- Do observador que assiste a cena;
- Dos jornalistas que narram a fuga;

Um *em relação ao* outro. Cada uma dessas relações remetendo aos pontos de ancoragem forjados em construções simbólicas sujeitas a falhas. Quando me refiro a “pontos de ancoragem”, faço menção aos eixos de referências, de pessoas, de tempos e de localização mencionados por Pêcheux (2014), para quem “toda a atividade de linguagem necessita da estabilidade destes pontos de ancoragem para o sujeito; se esta estabilidade falha, há um abalo na própria estrutura do sujeito e na atividade de linguagem” (p. 173-174)

De fato, esta estabilidade está sujeita a falhas. E falha porque somos sujeitos de linguagem, afetados ideologicamente. Corpos de linguagem que, enquanto tais, não podem ser desassociados de sua dimensão simbólica marcada pela incompletude e opacidade. Falha porque os eixos não são fixos, uma vez que a linguagem nos apresenta o problema de que suas referências se deslocam e “na medida em que se quer designar uma referência, fica-se capturado entre metáfora e metonímia” (MILLER, 2002, p. 37). Aliás, esse aspecto referencial é importante para compreender como tais relações são construídas (polícia-bandido-comunidade). Por isso a necessidade de expor alguns trabalhos fundamentais para questionarmos determinadas compreensões que se cristalizaram na tradição linguística em torna de referência. É o que proponho a seguir.

3. O REFERENTE IMPRECISO

Em *Le scandale du corps parlant: Don Juan avec Austin ou la séduction en deux langues*, Shoshana Felman (1980) promove uma reflexão teórica que desfaz certos mal-

entendidos em torno da noção de referência da teoria dos performativos de Austin⁸². Ao reintroduzir o problema do referente na Linguística, tal teoria provocou o que Felman irá chamar de efeito hipnótico, como se bastasse apenas aos teóricos da linguagem considerar a importância do papel da referência nos enunciados performativos. A circulação constante e repetitiva da noção de contexto, situação ou circunstância relacionada aos atos de fala seria a responsável pelo efeito hipnótico sobre o qual se parte de uma referência de caráter unívoco, oferecendo bases para pensar a relação realidade-linguagem em sua transparência autoexplicativa.

Anunciando uma novidade teórica, Felman aborda um novo status de referência definido a partir de semelhanças com a Psicanálise. Ela sintetiza em três as características comuns que definem essa transformação conceitual de referência promovido por Austin, seriam: o saber material da linguagem; a referência dialógica; a dimensão das falhas.

O saber referencial da linguagem distancia-se do conhecimento sobre a realidade enquanto entidade separada e distinta, antes tem a ver com a realidade que atua no real, já que ela mesma é efeito do real. “Le référent n’est plus simplement une substance préexistante, mais un acte, c’est-à-dire un mouvement dynamique de modification du réel” (FELMAN, 1980, p.104).

A referência enquanto material do diálogo, da enunciação, diz respeito ao modo dinâmico como funciona o referente. Diferentemente do referente idêntico a si mesmo da tradição, o referente em questão é inteiramente interativo. Nesse quesito, se anuncia o primeiro mal-entendido de uma das ideias austinianas. Trata-se de um referente produzido pela linguagem e próprio efeito dela, não cabendo em si mesmo. É o que ele enfatiza quando coloca a “força ilocucionária”, esse excesso referencial do enunciado, uma espécie de resíduo, tão incompreendido devido à tradução que tomou a noção de “força” pela noção de “valor”.

É preciso entender, adverte Felman, que o performativo em Austin subverte a oposição entre referencialidade e auto-referencialidade, posto que ao referir-se a si mesmo ele também é ação, e ação que excede a linguagem, modificando o real: “la sui- référentialité n’est ni parfaitement symétrique ni exhaustivement spéculaire, mais produit un excès référentiel, un

⁸² Os enunciados performativos se referem a proposições que, ao invés de corresponderem a algo na realidade, inauguram um estado de coisas. Exemplos de performativos são “Prometo”, “Desculpe”, “Batizo esse navio de...”, “A sessão está aberta”, dentre outros. Ao realizar uma ação em um contexto específico, os performativos não são suscetíveis de verdade ou falsidade, mas à felicidade ou infelicidade do ato, ou seja, o critério é se o ato se realiza ou não.

excès à partir duquel le réel fait trace sur le sens”. (1980, p. 108).

A terceira característica, a dimensão das falhas, diz do fato de que a referencialidade no performativo, ou ainda na análise psicanalítica, pode ser definida pela dimensão do fracasso: com base no ato de falhar. Tanto para a Psicanálise quanto para o domínio do performativo, o real é definido em termos de falhas.

Estes são pontos de coincidência entre a teoria dos performativos e a Psicanálise úteis para compreender as relações entre os sujeitos. As três dimensões que aqui exponho abalam os efeitos de evidência trabalhados na transparência do “Ao vivo” da cobertura jornalista, efeito que promove como familiar cada um dos referentes colocados em jogo na cena da fuga. A partir da reflexão de Felman, desloco essa compreensão para uma que permite analisar as relações entre seres descontínuos que estão “condicionados por uma estrutura, que tem como singularidade o não-fechamento de suas fronteiras e a não-homogeneidade de seu território”. (FERREIRA, 2004, p. 43)

Assim, dada a necessidade de pensar o projeto de Pacificação a partir de uma perspectiva discursiva, compreendo as relações nele engendradas enquanto sensíveis à dimensão performativa da linguagem. Mais do que o fechamento da narrativa da fuga – de onde vieram, para onde foram, por exemplo – a performatividade da linguagem materializada na cena trabalha limites imprecisos, fronteiras equívocas, instaurando um estado de coisas possíveis. Se pensarmos a performatividade a partir de Lacan, podemos compreendê-la como um recurso necessário para lidar com o outro. Nas palavras de Žizek (2010, p. 57):

O que Lacan quer dizer é que precisamos desse recurso à performatividade, ao compromisso simbólico, precisamente e apenas na medida em que o outro com que nos defrontamos não é apenas meu duplo especular, alguém como eu, mas também o elusivo Outro absoluto que permanece em última análise um mistério insondável. A principal função da ordem simbólica com suas leis e obrigações é tornar nossa coexistência com outrem minimamente tolerável: um Terceiro tem de intervir entre mim e meus próximos para que nossas relações não explodam em violência assassina.

A performance da guerra contra o tráfico em seu antagonismo estruturante estabelece seus próprios limites entre os corpos, mesmo quando não os vemos. Além daquele que foge, há o que se oculta para poder atirar. Os corpos que não vemos produzem efeitos sobre aqueles que vemos. Corpos que executam: a ordem de seus superiores e executam outros corpos. A ordem simbólica tornando a coexistência tolerável à medida que o outro se esvai. Que ele fuja ou morra ou que ele se afaste: esse é o limite do tolerável.

Assim, a lógica da sobrevivência de que falei no início deste texto não só é estabelecida por aqueles que estão dispostos em cena, seja em fuga ou à espreita, como também é coextensiva àqueles que assistem à cobertura jornalística. Em nome da existência/sobrevivência de todos os “cidadãos de bem” é que se instalaria a violência em todo o seu aparato policial nas favelas. Em nome da promessa de paz, a instauração do caos.

Tal violência, em uma de suas formas possíveis de racionalidade, se estabelece como condição necessária para o cumprimento da promessa de paz por parte do Estado. Promessa de segurança para a Copa do Mundo e Olimpíadas Rio2016. Promessa que ainda se performa – vide a recente intervenção militar no Rio de Janeiro – e que ainda falha.

E se a promessa por si só, como nos lembra Nietzsche (1998) e reitera Felman, é tarefa paradoxal, o que dizer da promessa do Estado, esse articulador do simbólico com o político que dispõe de seu aparato para impor suas regras de organização produzindo um imaginário de unidade? Nem a engenhosidade do mais bem elaborado projeto de ordenamento urbano pode apagar as diferenças que são inerentes às práticas reais no espaço citadino uma vez que se situam em condições de produção históricas concretas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do Estado a partir do projeto de segurança pública Pacificação mostram-se como atos de linguagem que engendram a promessa de paz para o território da favela. Tal promessa, como qualquer outra, funciona enquanto ato performativo sobre o qual é impossível falar de verdade ou falsidade, mas de ação sobre o real, apontando para suas falhas e para a instabilidade radical de suas referências. A promessa do Estado faz pensar nas determinações históricas que produziram a favela como esse espaço sobre o qual é preciso a intervenção ou recuperação por parte do Estado para a “promoção” da paz. Uma paz que é discurso, objeto paradoxal, como bem afirma Pêcheux (2012c, p. 115-116, grifo meu), “objetos (sob o nome de Povo, [...] ciência, natureza, paz, liberdade) paradoxais funcionam em relações de forças móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis”.

A violência organizada como condição para o estabelecimento da paz faz parte dessas condições necessárias para que o performativo obtenha felicidade; não menos importante também é a construção ficcional de inimigos, que frequentemente assume a figura dos

traficantes. Nesse sentido, as transmissões jornalísticas a respeito das ações da polícia com executor das ordens do Estado têm papel crucial.

Como afirma Arlete Farge (2011), resta-nos questionar os modos atualizados e particulares que a história dispõe de organização da violência, sem deixar esvair na transparência de uma cobertura jornalística determinado acontecimento violento. É preciso:

compreender as formas de racionalidade que fazem jorrar a violência [...] Violência, barbárie e crueldade são organizações de poder que se inscrevem em enunciações políticas: nada é fatal nem mesmo obrigatório em sua aparição, uma vez que todo mecanismo é um jogo que se desmonta, e por vezes mesmo se abole, num outro jogo” (FARGE, 2011, p. 39).

REFERÊNCIAS

- BATAILLE, Georges. **O Erotismo**. Tradução de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre, L&PM Editores, 1987.
- CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. Companhia das Letras. São Paulo. 1995. FARGE, Arlette. **Lugares para história**. Belo horizonte: Autêntica editora, 2011.
- FELMAN, Shoshana. **Le scandale du corps parlant: Don Juan avec Austin ou la séduction em deux langues**. Paris: Seuil, 1980.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise de Discurso e Psicanálise : Uma estranha Intimidade**. Caderno da APPOA, n.131, dez. 2004, p.37-52.
- MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Revista do ppgav/eba/ufr**. n. 32. dez. 2016.
- MILLER, Jacques-Alain. **Percursos de Lacan: uma introdução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2 ed. 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: Uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PÊCHEUX, Michel. Ideologia — aprisionamento ou campo paradoxal? In: **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012, p. 107-119.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014, p.159- 249.